

O CORAÇÃO, A SANTA E A DÁDIVA: CONTRIBUIÇÕES TEOLÓGICAS DE CORPOS FORA-DA-LEI

CRISTIANA DE ASSIS SERRA'

I. PRIMEIRO MOMENTO: O CORAÇÃO ARRANCADO

Na noite de 20 de janeiro de 2019, um domingo, a travesti Quelly da Silva foi assassinada em Campinas, São Paulo. Depois de morta, teve o peito aberto com cacos de vidro e o coração arrancado pelo criminoso, que o enrolou em um pano e o escondeu em sua casa. Sobre o cadáver, o assassino deixou uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida. À polícia, ele revelou que havia roubado alguns objetos de Quelly e, sorrindo, alegou que a havia matado “por culpa dele (sic)”, afirmando que “ele (sic) era um demônio”. O crime foi registrado como latrocínio – roubo seguido de morte. Quelly tinha 35 anos. De quinze *sites* diferentes em que pesquisei a notícia, apenas um usou o nome pelo qual ela queria ser chamada: Quelly. A maioria dos demais fez questão de assinalar seu nome de registro, masculino.

Em 17 de setembro de 2011, um jovem *gay* de Recife, Pernambuco, havia decidido cometer suicídio. Pensando no Discípulo Amado do Evangelho, vou chamá-lo aqui de “João”. Criado como católico, filho de uma ministra da Eucaristia, a igreja era o lugar onde ele mais gostava de estar. O que escutava ali desde criança, porém, convenceu-o de que seus desejos eram demoníacos. Porque todos diziam isso ou concordavam com essa concepção, “João” se sentia “um lixo humano”, uma “escória”, “a pior pessoa do mundo”, “cheio de nojeira” em seu coração. “Acabei pedindo a Deus que me levasse logo, para não piorar a situação, não acumular mais pecados [...] esse demônio aqui não merecia estar vivo, seria melhor para todos ele ir embora”.²

1 Psicóloga, graduada pela PUC do Rio de Janeiro, mestra e doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, com pesquisa em gênero e religião. Coordenadora nacional da Rede Nacional de Católicos LGBT e Ativista de Católicos pelo Direito de Decidir.

2 Comunicação pessoal.

No dia em que se mataria, contudo, “João” acabou indo a um evento, onde assistiu a um debate sobre homossexualidade e direito. Um dos participantes, um padre, indo de encontro a tudo o que o rapaz sempre tinha ouvido de outros padres e leigos católicos, defendeu o pleno respeito e o acolhimento das pessoas homossexuais na Igreja, e a conciliação de sua sexualidade com sua pertença religiosa. Ao final do evento, “João” foi lhe contar que estava a caminho de se matar mas, ao ouvi-lo, havia desistido. “Padre, suas palavras salvam vidas! [...] Não pare!” (LIMA, 2016).

Poucos meses antes, em fevereiro daquele mesmo ano, eu havia feito um comentário em uma postagem no *blog* do Diversidade Católica, um coletivo leigo de católicos romanos LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais) do Rio de Janeiro, referindo-me ao fato de que “muitas vezes argumentos religiosos derivados de credos diversos são utilizados como justificativa para agressões, exclusões, manifestações homofóbicas de diferentes ordens e violências em geral” (*apud* DC, 2011). Em resposta, alguém escrevendo sob o nome “Matheus Cajaíba” questionou:

Você é capaz de provar isso com casos concretos? Há algum caso comprovado de violência contra homossexuais que tenha tido motivação religiosa? O que é manifestação “homofóbica”: é divulgar o que Magistério da Igreja ensina e ensinou nos últimos dois milênios, que considera o homossexualismo um pecado grave, violação do sexto mandamento? (*Apud* DC, 2011)

Minha resposta para “Matheus” foi inserida em um longo comentário assinado pela “Equipe Diversidade Católica”, identidade que os moderadores do *blog* assumíamos ao escrever em nome do grupo:

Infelizmente, Matheus, muitos de nós viveram em suas comunidades situações de exclusão por serem *gays*. Muitos de nós, mas não todos, receiam revelar-se *gays* aos seus amigos e familiares por medo da rejeição, e vivem a violência de terem de viver escondidos. Muitos

de nós, mas não todos, ao se revelarem *gays*, foram de fato rechaçados por amigos e familiares, pelo seu pároco e pela comunidade. Alguns de nós viveram situações de humilhação; em alguns casos, publicamente. Alguns de nós, ao se revelarem *gays*, foram destituídos de suas funções na comunidade, embora até então fossem considerados modelos de conduta e vida cristã. Alguns de nós foram excluídos dos sacramentos, ou se excluem dos sacramentos, por se sentirem julgados e condenados por seus amigos, familiares, párocos e comunidades; por ouvirem e acreditarem que são irremediáveis pecadores e, por isso, menos merecedores do Amor do Pai. Essa crença é causa de imenso sofrimento para multidões de nós, com efeitos devastadores, que muitas vezes chega ao absurdo do suicídio. (*Apud* DC, 2011)

Eu havia chegado ao Diversidade Católica em 2008, pouco mais de um ano depois de seu surgimento, e fui moderadora de suas redes sociais (à época, blog e perfis no Facebook e no Twitter) de 2010 a 2015. A proposta inicial dos fundadores do grupo havia sido criar um *site* com subsídios teológicos e argumentos sustentando a possibilidade de pessoas fora da norma cis-heterossexual³ que se identificavam como católicas romanas manterem sua pertença religiosa. Foi a partir do lançamento do www.diversidadecatolica.com.br que surgiu a demanda por encontros presenciais e configurou-se um coletivo, reunindo-se com periodicidade aproximadamente mensal. De lá para cá, foram fundados outros grupos em moldes similares no Brasil, chegando atualmente a

3 A heteronormatividade é parte da ordem social. Constitui um conjunto estabelecido de relações de poder, que privilegia e promove a heterossexualidade em detrimento de outras orientações sexuais possíveis. Já o termo cisgêneridade se refere às experiências de pessoas que se identificam com o sexo/gênero que lhes foi designado no momento do nascimento. Para Mattos e Cidade (2016, p. 134), uma perspectiva cis-heteronormativa teria “a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade”.

quinze,⁴ reunidos na Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, da qual fui eleita coordenadora nacional para o biênio 2018-2020.

Relendo hoje, em 2019, o que escrevi oito anos atrás para “Matheus”, penso que fiquei muito aquém da realidade. Não creio que minhas palavras tenham expressado adequadamente a gravidade das violências sofridas por pessoas LGBT na sociedade em geral, e nos ambientes cristãos em particular; e muito menos a intensidade do sofrimento decorrente dos silenciamentos, invisibilizações e exclusões sistemáticos – sobretudo, da demonização sistemática. Falhei em denunciar o uso de um discurso supostamente cristão para incitar tais violências e justificar esse sofrimento. Hoje, passados mais de dez anos ouvindo histórias de pessoas que chegam profundamente feridas a grupos como o Diversidade Católica, entendo que minhas colocações, demasiado brandas, ficaram muito longe de fazer justiça à sua dor. À dor de todas e todos aqueles submetidos à tortura psicológica – não raro, física – de tentativas de “exorcismo”, de orações de “cura e libertação”, de “terapias de reversão”. À dor de todas e todos que são sistematicamente estigmatizados, muitas vezes exilados de suas comunidades de origem, acusados de “pecadores” e convencidos de que carregam algo tão maligno, tão imundo, arraigado em suas almas, em seus corpos, em sua “natureza”, que estão irremediavelmente apartados do Deus que conhecem e amam, a ponto de Este lhes dar as costas, num misto de decepção e ira. À dor de todas e todos que se creem indignos do amor de Deus ou, de resto, de qualquer outra forma de amor, tendo por destino a solidão; que se creem condenados à danação eterna, nesta vida e em qualquer outra; e, na tentativa de se salvarem, são submetidos e se submetem espontaneamente a todo tipo de mutilações, do corpo e da alma.

O coração de Quelly, arrancado em troca de uma santa de gesso, é a metáfora perfeita dessa violência ontológica.

Mas Quelly não foi uma metáfora. Acusada, por seu assassinio, de ser a única culpada por sua própria morte, Quelly morreu

4 Além do Rio de Janeiro, a Rede conta com grupos-membros nas cidades de São Paulo (dois), Brasília, Curitiba, Ribeirão Preto (SP), Fortaleza, Iguatu (CE), Mossoró (RN), Belo Horizonte (também dois), Maringá (PR), Nova Iguaçu (RJ) e Campinas (SP) – citados aproximadamente na ordem em que foram criados.

marcada pela crueldade que enfrentamos cotidianamente em nossa comunidade, pela brutalidade com que nossos corpos são aniquilados, fazendo do Brasil um dos países mais perigosos para pessoas LGBT no mundo, e onde mais se matam pessoas trans. Neste país, a expectativa de vida da população trans é 35 anos, metade da média nacional e exatamente a idade de Quelly ao morrer. Quando, assim como seu assassino, os jornais e *sites* que omitem o nome de Quelly se recusam a reconhecer sua identidade, ela é morta pela segunda vez; a qualificação do crime como “latrocínio” consolida a recusa em reconhecer a especificidade das violências perpetradas contra as pessoas LGBT, atacadas e mortas, com requintes perversos, por serem quem são. A história de Quelly demonstra, de maneira cabal, que a responsabilidade pelo crime não cabe ao criminoso isoladamente, mas pesa sobre toda a sociedade. Em Quelly, em seu coração de carne e sangue, veio se materializar, pelas mãos de seu algoz, a tragédia vivida por tantas pessoas transexuais, bissexuais, lésbicas, *gays* ou como quer que se identifiquem – basta estarem fora da norma hegemônica, ou assim serem percebidas. E, nessa tragédia, a negação da sacralidade dos nossos corpos e a exigência de uma pretenza santidade desencarnada não desempenham um papel menor.

2. SEGUNDO MOMENTO: A SANTA DE GESSO

A realidade e radicalidade de histórias como a de Quelly, “João” e tantos e tantas outras ajudam a consolidar o lugar-comum – contrário à premissa de que partiram o núcleo fundador do Diversidade Católica e os membros de coletivos de cristãos LGBT similares no Brasil e no mundo – de que, de fato, as identidades que escapam à cis-heteronormatividade são inconciliáveis com a pertença religiosa cristã. Corroboram o entendimento de que “a Igreja condena a homossexualidade” (termo que acaba abrigoando e apagando as demais identidades, orientações e experiências fora da norma cis-heterossexual), por considerá-la “um pecado grave”, uma “abominação”.

Amplamente difundida entre religiosos e não-religiosos, a crença na incompatibilidade entre cristianismo e experiências

de sexualidade e gênero dissidentes da norma é ilustrada pelo comentário do leitor “James Figueiredo” em outro *blog*, de público LGBT, numa postagem que fazia uma referência elogiosa ao trabalho do Diversidade Católica:

Todas (veja bem, TODAS) as religiões abraâmicas são nossas inimigas [das pessoas LGBT], e não entendo o que mais seus representantes precisam fazer pra enxergarmos isso [...]. E, sinceramente, admirar *gays* que lutam pra conciliar sua homossexualidade com suas superstições religiosas? [...] *Gays* religiosos são como... sei lá, judeus nazistas. Deveríamos é nos esforçar pra libertá-los dessas prisões que só alimentam suas dúvidas e minam sua autoestima. (*Apud* GOES, 2011)

Entre a “cura” da nossa sexualidade e expressão de gênero e a eliminação de nosso canal de experiência e comunicação com o sagrado, a nós, cristãs e cristãos LGBT, só restaria escolher uma ou outra dimensão de quem somos. Viver ambas em plenitude seria uma contradição em termos, uma impossibilidade. Porém, me pergunto se está mesmo aí o impasse ou se esse é um falso dilema.

Vejamos a doutrina católica romana em vigor – parto da Igreja de Roma por ser o contexto específico em que me insiro. O Catecismo da Igreja Católica (CIC) estabelece, *ipsis litteris*, que os “homens e de mulheres [que apresentam] tendências homossexuais profundamente radicadas [...] devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta” (CIC §2358). É o que diz o texto da subseção “Castidade e Homossexualidade”.

Entretanto, o parágrafo anterior havia começado caracterizando as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como “depravações graves” e referindo-se aos “atos de homossexualidade” como “intrinsecamente desordenados” (CIC §2357). “São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados” (CIC §2357). A “propensão” mesma a cometê-los é chamada em seguida de “objetivamente desordenada” (CIC §2358). É uma condenação em termos bastan-

te duros. Que respeito, que compaixão, que delicadeza, que acolhimento, que justiça, que cuidado em não discriminar serão possíveis quando se parte dessa base?

Depois da condenação – e da ressalva pedindo “respeito” etc. –, o veredicto: “as pessoas homossexuais são chamadas à castidade” (CIC §2359). Curiosamente, algumas páginas antes, o Catecismo define “castidade” como “a integração conseguida da sexualidade na pessoa, e daí a unidade interior do homem no seu ser corporal e espiritual”; diz respeito à “integridade da pessoa e [à] integralidade da doação [no casal]”. Com efeito, na sexualidade “se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico”. Ela se torna “pessoal e verdadeiramente humana quando integrada na relação de pessoa a pessoa”. Todavia, o “dom mútuo total” alcançado por meio dela é circunscrito à relação entre um homem e uma mulher (CIC §2337). O veto às relações entre pessoas do mesmo sexo faz com que, para as “pessoas homossexuais”, “castidade” perca o sentido de “integridade” para reduzir-se a “abstinência” e “celibato”. Em vez de integralidade, fragmentação.

Face à interdição do exercício da sexualidade, o texto fala em “autodomínio” (CIC §2359) e “sacrifício” (CIC §2358); menciona “as dificuldades que [as pessoas homossexuais] podem encontrar devido à sua condição” (CIC §2358) e reconhece que esta “constitui, para a maior parte deles, uma provação” (CIC §2358). A retórica é capciosa. Os “sacrifícios”, “dificuldades”, “provações” a que as “pessoas homossexuais” devem se submeter são atribuídos à “natureza” supostamente distorcida e aberrante de suas “tendências”, na tentativa de dissociá-los da própria condenação de que essas pessoas são alvo. A argumentação circular procura disfarçar o fato de que a grande “dificuldade”, a “provação”, o “sacrifício” derivam do impedimento da sexualidade pela doutrina; tenta encobrir que, ao tornar-se uma imposição, o celibato deixa de ser um possível bem e fonte de graça para converter-se em sentença e punição.

Entretanto, entender que há pessoas (“um número não negligenciável” delas) com “tendências homossexuais profundamente enraizadas” (CIC §2358) e proibir-lhes o exercício da sexualidade e do amor conjugal – mesmo reconhecendo que “a homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo

dos séculos e das culturas” (CIC §2357), isto é, admitindo seu caráter universal – suscita, inevitavelmente, um escândalo ético. Afinal, à luz da revelação, no Novo Testamento, do Deus-Ágape, que é, em sua essência, “amor”, como não considerar um horror moral um deus capaz de criar “um número não negligenciável” de pessoas com determinadas “tendências”, quando estas se materializam em atos “intrinsecamente desordenados”, que “em caso algum podem ser aprovados” (CIC §2357) e dos quais as pessoas que levam tais tendências “profundamente enraizadas” hão, por força, de se privar? A maneira usualmente encontrada para justificar esse deus é argumentar que ele “ama o pecador, mas abomina o pecado”. Mas como sustentar essa cisão entre quem somos e o que sentimos e fazemos sem nos fragmentarmos por completo? Sobretudo, como conciliar o “amor” que se diz desse deus com o “Deus é amor” da primeira epístola de João? Com o *abbá* de Jesus, o “papai” afetuoso e íntimo que permite que o filho ingrato, perdulário e irresponsável parta com seus dons e lhe corre ao encontro assim que o avista retornando para casa?

A doutrina formulada no Catecismo parece ter suas raízes em certo tipo de concepção que “vê a grandeza de Deus em seu caráter terrível”, como aponta o teólogo catalão Andrés Torres Queiruga (2001, p. 85). Sobre essa imagem de Deus – “esse Deus que dizem amar o sofrimento”, na formulação de François Varone (2001) – assenta toda uma tradição cristã de exaltação da “dor” e do “sacrifício” como caminhos para a “salvação”.

Contudo, a ideia de que nossa “salvação” se dá “graças à substituição heroica de um inocente que toma sobre si a culpabilidade geral” (Guillemin *apud* Varone, 2001, p. 11) tem consequências nefastas para o cristianismo, conforme enumera Varone. Primeiro, deforma o próprio rosto de Deus, convertido em “um monstro ou uma máquina jurídica” implacável; depois, reduz Cristo à “função formal de vítima expiatória, privando-o de toda densidade histórica que, só ela, dá sentido e força salvífica à sua morte”; por fim, desfigura o “sentido da Igreja, em seu ministério e em sua Eucaristia” (Varone, 2001, pp. 11-12). A Igreja se vê assim deturpada, transformada em

[...] um poder religioso, uma mediação eficaz e um baluarte protetor entre o homem pecador e o Poderoso ameaçador. Imaginada a decidir a salvação do homem, ela o submerge de fato em seu medo, portanto em sua irreconciliação com Deus e o aliena em ritos e em poderes protetores. [...] A Igreja [fica assim centrada] no ritual e no sacerdócio, pois é aí que se passam os atos presumidos essenciais: aplacar, compensar, reparar. (VARONE, 2001, p. 12)

Porém, subjacente a essa concepção de “salvação”, há outra deformação em curso – a deformação do corpo. Nancy Cardoso Pereira (2001) mostra como, na consolidação do projeto monoteísta em Israel, reforçou-se a imagem de um deus incorpóreo para afirmar sua superioridade em relação “a outras divindades marcadas e misturadas a rituais de fertilidade e expressões eróticas”. Com efeito, diz ela,

A negação e a omissão do imaginário sexual e erótico no fenômeno religioso em Israel fazem parte da intencionalidade editorial de construção de uma divindade única despossuída de elementos e relações antropomórficos. A velação do corpo de Deus (Ninguém viu a Deus), a afirmação de uma divindade única e, por isso mesmo, sem relação estreitam as possibilidades do imaginário erótico como expressão religiosa. Em lugar das trocas cósmicas fertilizadoras da vida, expressas em profusões de relações entre deuses e deusas, estabelece-se uma divindade única que governa a partir da Lei e da Palavra. De todos os orifícios do corpo responsáveis pelas trocas com o mundo e as pessoas, somente a boca vai manter sua dignidade. A influência destas imagens da raiz de nossas tradições participa da consolidação de modelos de identidade e de relação, fornecendo e disponibilizando mitos que normatizam e perpetuam mecanismos de exclusão, alienação e sofrimento. (PEREIRA, 2001)

Tudo somado, a percepção de que “o sangue derramado por nós” na Cruz veio, em lugar de nos redimir, multiplicar nossa dívida – à qual vem se somar agora a morte do Cordeiro inocente

– nos condena a uma vida de privações, sem direito à alegria nem ao prazer, fazendo deste mundo um vale de lágrimas para expiação de nossas culpas. Ainda nas palavras de Nancy Cardoso Pereira:

Pensamos encontrar Deus onde o corpo termina: e o fizemos sofrer e o transformamos em besta de carga, em cumpridor de ordens, em máquina de trabalho, em inimigo a ser silenciado, e assim o perseguimos, ao ponto do elogio da morte como caminho para Deus, como se Deus preferisse o cheiro dos sepulcros às delícias do Paraíso. E ficamos cruéis, violentos, permitimos a exploração e a guerra. Pois se Deus se encontra para além do corpo, então tudo pode ser feito ao corpo. (PEREIRA, 2001)

Nesse contexto, a religião que emerge desse quadro se constitui então em

[...] relação homem-Deus, em que o homem, intensamente consciente de sua fraqueza física e moral e do poder divino, empreende agir sobre este para fazê-lo reagir a favor daquela. O fraco sendo, por definição tirada da experiência social, sem poder [...] diante do poderoso, precisa, dessa forma, organizar meios, dons, empreender iniciativas, sacrifícios, para atingir apesar de tudo o poderoso.

Aí está a palavra-chave surgida às pressas: *sacrifício*. No contexto religioso que leva o homem, inevitavelmente, a elevar os lances, a organizar para Deus o dom, a oferta maior, a mais irresistível, o ponto culminante da religião será atingido no sacrifício humano. Com efeito, o que há de mais precioso que a vida? (VARONE, 2001, pp. 12-13; grifo do autor.)

Face a tamanha culpa, a dívida tão tremenda, é a vida mesma que se sacrifica – se não literalmente, então ao menos no sentido da condenação, como imorais, da alegria e do prazer, o que não é pouco. No escopo dessa tradição dolorista, o “sacrifício” exigido é o da resignação à perda da possibilidade de bem-estar,

de bem viver – uma evidente injustiça, tão evidentemente escandalosa que leva Varone (2001, p. 9) a exclamar: “incômodo, inquietante, repugnante, esse sangue de Jesus tido como tendo nos salvado! Revoltante esse mercado sangrento exigido por Deus, esse sacrifício necessário para aplacá-lo!”.

A glamorização do sofrimento, tratado como “belo” e mesmo “heroico”, redundando em um entendimento de que é pelas “provações” que devemos “purgar” o pecado e “provar” nosso direito à salvação. Deriva daí uma moral sexual que desvincula a sexualidade do prazer e a restringe à reprodução, baseada na redução da noção de “vida”, literalmente, à “vida biológica”. “Viver” fica reduzido a “sobreviver” – esvaziando nossa encarnação nesta vida, em última instância, de qualquer possibilidade de santificação e transcendência que não seja pela mortificação de nossos corpos.

Tratado como inimigo e fonte de tentação e pecado, é primeiro do corpo que devemos nos privar, na pretensão de alcançar um ideal de perfeição imaculada cuja representação máxima é esse “deus incorpóreo, puro espírito”, contraposto a “homens e mulheres cheios de ordenações e danações em seus corpos pecadores e mortais” (PEREIRA, 2001). Essa imagem de um deus “sem corpo e des-erotizado” faz dele uma divindade “impessoal, separada da humanidade e seus corpos, da natureza e seus corpos” (PEREIRA, 2001). Deriva daí a moral sexual capaz de interditar toda experiência sexual-afetiva que transcenda a norma cis-heterocentrada – uma vez que qualquer sexualidade vivida sem fins reprodutivos (em termos da reprodução literal da vida biológica) contraria essa lógica de privação ascética do corpo.

É preciso desmascarar a perversidade de chamar de “vida”, “amor”, “salvação” – e também “corpo”, “erotismo”, “prazer”, “alegria” – o que não passa de deformações do verdadeiro sentido dessas palavras. Justamente por isso, a experiência sexual-afetiva dos corpos dissidentes dessa norma guarda em si o potencial profético de denunciar a injustiça e o escândalo dessa moralidade e apontar para uma “imagem de Deus” que seja “nova”, como pede Queiruga (2001) – mas, ao mesmo tempo, é também um resgate e um reencontro da Revelação do Evangelho.

3. TERCEIRO MOMENTO: A DÁDIVA DOS CORPOS FORA-DA-LEI

Uma das primeiras graças que o Diversidade Católica me proporcionou me veio por ocasião de um exercício de leitura orante de algum trecho bíblico, proposto em um dos encontros do grupo. Já não sei mais qual era a perícope; mas a pergunta – inesquecível – que serviria de base para reflexão foi um choque para mim: “como pessoa LGBT, que dádiva você tem a oferecer à Igreja?”. Sua formulação não apenas desconstruía a premissa de inferioridade moral e a lógica de condenação e exclusão dos católicos e católicas LGBT como, ao contrário, valorizava como singulares e preciosas nossas perspectivas, experiências e contribuições. Era uma pergunta tão estranha à mentalidade cristã dominante que fiquei meses às voltas com ela para apenas começar a vislumbrar seu sentido e suas implicações. Passados dez anos, sigo ainda nessa busca.

Foi outra pergunta, tempos depois, que veio me trazer um germe de compreensão. No aniversário de um dos membros do Diversidade Católica, um amigo seu, muito espantado com o que nos ouvia dizer sobre aquele grupo organizado de católicos LGBT, indagou: “mas quem deixa vocês existirem?!”. Passada minha própria surpresa inicial diante daquela interrogação, entendi sua relevância e pertinência para compreender quem somos e o que fazemos nesses grupos. Primeiro, por traduzir a lógica legalista, hierárquica, centralizadora, clericalista e patriarcal subjacente ao cristianismo hegemônico (e particularmente ao catolicismo romano), conforme a qual não poderíamos existir – nem como grupos, nem como pessoas – sem autorização superior dos hierarcas. Segundo, por indicar o quanto é subversivo dessa mesma lógica o fato de, não obstante a interdição da Lei, existirmos. Nossa existência, em si mesma, não só denuncia as estruturas de exclusão, o autoritarismo e a falta de horizontalidade sobre os quais se ergue a Igreja como também relativiza seu poder, revelando brechas por onde sopra a brisa fresca.

O fato de existirmos vem subverter os poderes constituídos porque nossos corpos existem – e em sua concretude, em sua materialidade, vêm encarnar desejos, prazeres, afetos, amores que não só não se submetem à norma como continuam existindo apesar da violência. Seguimos existindo, ainda que nos matem. Ain-

da que nos expulsem, continuamos aqui. Mesmo que nos neguem os sacramentos, mesmo que nos excluam da Eucaristia, não nos afastamos de Cristo. Caminhamos de olhos postos nEle, atentas e atentos ao seu chamado; na certeza, animada pelo Espírito, de que Ele caminha conosco. Apesar da Igreja e sua notória dificuldade para nos acompanhar pastoralmente, perseveramos na fé. E, embora nos proibam, gozamos; temos prazer e alegria nesta vida, e encontramos a expressão viva e amorosa de Deus em nossos afetos e nossas relações. Podem nos difamar: não é porque as autoridades afirmam qualquer coisa a nosso respeito que nos tornamos o que elas dizem que somos. Suas palavras não ganham força de verdade só por saírem de bocas purpuradas. E a verdade é que a doutrina católica romana sobre a diversidade sexual e de gênero, como de resto a teologia moral cristã hegemônica a respeito do tema, não reflete a experiência das pessoas LGBT nem na fé, nem na vida – e uma das razões é: nunca nos perguntaram. O fazer teológico hegemônico se dá desde o ponto de vista único da “experiência masculina de uma Igreja patriarcal” (HUNT, 2005, p. 320).

Pode parecer até que a dificuldade de abrir espaço para a escuta e partilha das nossas experiências como experiências legítimas de fé e caminhada cristã é proposital. Desqualificar nossa pertença permitiria reafirmar determinado ordenamento de poder, reforçar uma hierarquia que verticaliza a Igreja. Com efeito, para consagrar, no alto da pirâmide organizacional e moral, o homem cis-heterossexual celibatário ordenado, seria preciso manter, em todos os níveis abaixo do topo e que o sustentam, toda uma multidão devidamente organizada, em que cada um tivesse seu lugar na escala⁵ – e, sobretudo, em que cada um soubesse que

5 Seria um exercício interessante tentar atualizar para os ambientes cristãos a “hierarquia sexual” descrita por Gayle Rubin (2007) em 1984. De cima para baixo, talvez tivéssemos algo como: homens cis-heterossexuais não-ordenados, casados e não-celibatários; mulheres cis-heterossexuais celibatárias ordenadas; mulheres cis-heterossexuais não-ordenadas, casadas e não-celibatárias; homens e mulheres cis-heterossexuais descasados, ou casados em segundas núpcias; homens e mulheres cis-heterossexuais solteiros e não-celibatários (os primeiros certamente em posição mais elevada). As pessoas LGBT ficariam relegadas ao limbo dos que não são têm nome ou, uma vez descobertas, a algum lugar entre o exílio e os subterrâneos – ou, em outra metáfora espacial à qual voltaremos em seguida, às margens da Igreja.

lugar é o seu, e qual é o dos demais. Nesse caso, justamente porque a existência de católicas e católicos LGBT dentro das fronteiras da Igreja é invisibilizada e, caso visíveis, estejamos fadadas e fadados ao celibato ou à exclusão, seríamos exemplares. Qualificar-nos como “abominações” serviria para indicar como deve ser e agir quem não é – e/ou não quer ser – uma abominação. Nossa existência seria útil, porque o que dizem a nosso respeito e o que fazem conosco têm efeitos pedagógicos sobre todos. Nesse sentido, a falta de espaço para a escuta e partilha das nossas experiências como experiências legítimas de fé e caminhada cristã pode ser instrumental.

Entretanto, não podemos perder de vista o que nos recorda Rafael Morello, um dos fundadores do Diversidade Católica:

A função da Igreja – que inclusive fornece uma das denominações do papa – é ser pontífice, ponte, ligação com o Divino Mistério que se comunica para reunir os homens em comunhão definitiva e plena no amor. A reunião preparatória para esta comunhão total, onde “Deus será tudo em todos” (I Cor 15,28), é a Igreja. Sendo a Igreja referência para um Outro que não ela mesma, deve discernir, em cada época histórica, como fazer com que a experiência salvífica de Jesus Cristo chegue a todos os seres humanos. Ela não anuncia a si mesma, mas a Cristo; não é juíza dos homens e da História, mas procura discernir os espíritos de cada tempo e escutar em cada época a vontade de Deus que, se está presente de forma definitiva na Revelação da qual ela é portadora, não deixa de ser compreendida sempre de maneira nova e mesmo de crescer, graças à constante inspiração do Espírito, na medida em que outras questões surgem na sociedade humana. (MORELLO, 2011)

Nesse sentido, a responsabilidade do Magistério de discernir não pode servir de pretexto para justificar o imobilismo nem a idolatria da Tradição e da Lei. Nem, muito menos, pode endossar práticas autoritárias e excludentes, erigidas sobre uma concepção de Deus

identificado com um ser eterno, onisciente, imutável, que, “lá de cima”, coordena todas as coisas com sua vontade onipotente. Um só Deus que reina sobre todas as coisas [...] um “Deus-bloco-monolítico”, sempre sentado em seu trono a legislar coisas definitivas para os pobres mortais. (MORELLO, 2011)

Como vem advertindo o Papa Francisco desde o princípio de seu pontificado ao convocar a Igreja a não ser uma “alfândega”, a ser uma Igreja “em saída”, uma Igreja “de portas abertas”, em que os pastores caminhem “no meio do rebanho” e tenham “cheiro de ovelha” (FRANCISCO, 2013a; 2013b): “não sejais alfândegas. Não podeis ser mais restritivos que a própria Igreja, nem mais papistas que o Papa. Abri as portas, não façais exames de perfeição cristã porque desse modo promovereis um farisaísmo hipócrita” (FRANCISCO, 2017).

Nem o Magistério, nem nenhuma teologia poderão ter a pretensão de esgotar o insondável mistério divino, fixá-lo em uma forma plenamente compreensível pelo ser humano. A Revelação que aponta para Deus é, pelas limitações próprias do humano, um contínuo vir a ser, um horizonte que vai se desdobrando diante dos nossos olhos na História, e precisa ser atualizada e compreendida de maneira sempre nova. Nesse sentido a “eternidade”, em vez de referência de fixidez no tempo, deve ser o tempo em perpétua renovação, a Criação que a cada instante se refaz, se refunda – um “eterno ‘já’, um sempre agora, o tempo que, contrariando a sua própria natureza, não passa, mas, se encontra todo presente, sem antes nem depois”, nas belas palavras de Morello (2011).

Nossas teologias não podem se deixar engessar; precisam tentar refletir a pujante diversidade da Criação divina, que se renova perpetuamente no tempo e no espaço e nos assegura: “eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5). Precisarão reconhecer o incognoscível de Deus, o mistério que nos oculta Sua face, Sua presença no desconhecido e no inesperado – diante dos quais, como diziam os antigos, os estudos teológicos deveriam ser feitos “de joelhos” (MORELLO, 2011). Se não quisermos adorar ído-

los, nossa fé deve ser menos da convicção e das certezas absolutas que se fecham à novidade e mais da confiança tranquila de filhas e filhos que, sabendo-se amados, abrem espaço para, como insiste o Papa Francisco, deixar-se surpreender pelo amor de Deus (FRANCISCO, 2013c).

Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (“A Alegria do Evangelho”), o Papa Francisco alerta: “muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos” (FRANCISCO, 2013a). Nesse sentido, a questão da pertença eclesial das pessoas LGBT interpela mais que a moral sexual cristã; interpela o próprio significado de “ser Igreja” e, no caso de Roma em especial, confronta a pretensão de catolicidade: “o chamado a ser Igreja seria de fato para todos?”, pergunta Morello (2011). E questiona:

Um chamado para todos os seres humanos desde que eles caibam em uma estrutura fixa e rígida e não ajam de acordo com o que são (já que a sexualidade é muito mais do que uma questão do gênero sexual da pessoa por quem um indivíduo se sente atraído) é ainda um chamado à liberdade? É ainda um chamado feito na gratuidade? A pergunta que está por trás ao se refletir não só sobre a pertença eclesial dos *gays* [sic], mas de todos os outros que se encontram à margem do discurso oficial, não é sobre a moral católica, mas sobre eclesiologia, sobre a compreensão do que é a Igreja. É possível a diversidade de pensamentos, vivências, visões de mundo no catolicismo?

Se esta pergunta nos provoca, nos constrange de alguma forma, nos amedronta porque parece ameaçar o reino das verdades definitivas ao qual me agarro para ter segurança, mesmo que não consiga viver ou mesmo explicar o porquê das coisas serem assim me contentando com o argumento de que “*Roma dixit*” (“Roma disse”, ou seja, não há mais o que conversar) a resposta será: “não, é impossível”. Está resolvido. A Igreja é uma realidade monolítica e homogênea, guiada por autoridade não apenas central, mas centralizadora e que tem bem definida as mínimas configurações para quem

deseja fazer parte dela. Quem não puder, tente, se arrependa, tente de novo, ainda que passe a vida angustiado e tenha a sua autoestima esfacelada pela luta interna contra si mesmo, tenha a esperança de ser feliz, um dia, no céu, quando tudo se acabar. Mas cuidado, pode ser que ao chegar ao banquete eterno encontremos à mesa muita gente diferente, aparentemente não convidada (Mt 8,11). (MORELLO, 2011)

No I Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, ocorrido em 2014 no Rio de Janeiro, um jesuíta que acompanhava pastoralmente o grupo de São Paulo comparou nossa clandestinidade na Igreja à das primeiras comunidades cristãs – que, face à perseguição de que eram alvo, reuniam-se secretamente nas catacumbas romanas. E comentou, com uma nota de esperança: “é pelas catacumbas que a Igreja respira”. Quatro anos mais tarde, no II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, agora em São Paulo, um dos participantes fez um comentário que é comum escutarmos em nossas reuniões e nas missas que celebramos – algo como “qualquer um que chegue aqui agora tem de reconhecer a presença de Jesus aqui com a gente. Ela é evidente na nossa alegria, na nossa emoção, no sentimento de partilha e amor fraternos que está tocando a todos os que nos reunimos aqui neste momento. É um sentimento de autêntica comunhão em Cristo”. De fato, como fiéis em Cristo, não temos como não reconhecer Sua presença em nossas vidas, o sopro de seu Espírito em nossos encontros, em nossas relações, em nossa comunidade, em nossos corpos. Diante do Pai que também é Mãe – e que nos conhece como a palma de sua mão desde antes de nascermos – nos desnudamos e somos cobertos com seu manto de amor incondicional. Deus se faz sentir em nossa pele, em nossas vísceras, em nosso sexo, como tão bem descreve Angelica Tostes (2018). Nossas experiências de Deus, como cristãs e cristãos LGBT e como comunidades de fé, são locais de produção de conhecimento teológico legítimo, e delas precisamos dar testemunho.

Damos nosso testemunho não porque pretendamos ir contra a Igreja ou seu Magistério, mas por amor à Verdade e à Igreja de Cristo; para que nosso testemunho contribua para a

Igreja em sua jornada de construção do Reino e, peregrinas e peregrinos com ela, caminhemos juntos.

A experiência vivida e partilhada desde as catacumbas da Igreja vem proporcionar uma dádiva única, muito bem exposta pelo Papa Francisco quando indagado, por um grupo de jovens de uma favela de Buenos Aires, o que ele queria dizer com sua insistência em falar sobre “periferias”. Francisco lhes deu a seguinte explicação:

Quando falo em periferias, falo de limites. Normalmente nos movemos em espaços que de alguma maneira controlamos. Esse é o centro. Mas, à medida que saímos do centro, vamos descobrindo mais coisas. E, quando olhamos para o centro [...] desde nossas novas posições, desde essa periferia, vemos que a realidade é outra. [...] Vê-se melhor a realidade desde a periferia que desde o centro. O mesmo vale para a realidade de cada um, das periferias existenciais e, até, da realidade do pensamento. Você pode ter um pensamento muito organizado, mas, ao se confrontar com alguém que está fora dessa maneira de pensar, de alguma maneira terá de questionar por que você pensa assim, [...] e vai se enriquecer a partir da periferia do pensamento do outro. (*Apud* METALLI, 2015; tradução própria.)

Estar à margem significa situar-se nos limites do mundo conhecido. Nessa zona de fronteira, as concepções cristalizadas, os saberes constituídos, as ordens estabelecidas, os poderes instituídos, os lugares predefinidos, as delimitações exatas se dissolvem e confundem em uma imprecisa terra de ninguém, entre o território sagrado do cosmos, criado segundo a ordem entendida como divina, e o caos visto como povoado pelos demônios das trevas e do desconhecimento. O centro teme, com razão, a ameaça que as margens representam para as estruturas consolidadas. Porém, as inversões e subversões dessas estruturas, operadas preferencialmente desde as margens, são provavelmente a melhor chance de escaparmos à morte da paralisia e da estagnação. É justamente nas periferias da Igreja e da existência – lá onde fervilha a mudança – que brota o que é novo. Não à toa, historicamente,

a Igreja tem mudado de baixo para cima, de fora para dentro, das margens para o centro, porque o centro e o topo são os lugares da riqueza e da opulência, e nosso Deus é sobretudo o Deus dos pobres, dos excluídos, dos oprimidos, dos fora da ordem, dos fora-da-lei. Cristo veio não para trazer a paz, mas a espada (Mt 10, 34). A dádiva das margens é a renovação.

Para responder a pergunta “mas quem deixa vocês existirem?!” sem negar nossa existência concreta, há que desconstruir o pressuposto de que tal permissão é necessária. Assim, essa interrogação deixará de nos aprisionar na dependência desse consentimento para tornar-se profundamente libertadora: não precisamos de autorização para existirmos porque já estamos aqui. Porém, só podemos enxergar isso se nos despiremos das lentes com que somos vistos, se nos despojarmos daquilo que afirmam sobre nós, se não nos deixarmos esmagar pelos pontos de vista alheios, se recusarmos as supostas verdades que pretendem nos impor, se resistirmos aos exílios e mortes em vida a que somos continuamente condenados, e buscarmos a verdade de nossas próprias vozes, de nossas próprias experiências, as marcas concretas de Deus que se manifesta em nossas histórias, em nossas comunidades, em nossas relações, no potencial de alegria e prazer dos nossos corpos, a fonte de água viva que jorra em abundância em nossos caminhos. A dádiva das margens é também a dádiva da autonomia e da consciência, da responsabilidade pelo discernimento, da coragem e da confiança de nos colocarmos na presença de nosso Deus em toda a nossa nudez e nos arriscarmos a viver sem esconder na terra nossos talentos (Mt 25, 14-30).

A dádiva das margens é ainda a dádiva da autêntica catolicidade; a dádiva do reconhecimento de que a Igreja está longe de ser o bloco pretensamente monolítico e imutável que a alguns interessa postular; a graça de reconhecer e celebrar a diversidade e multiplicidade de perspectivas inerentes à própria Igreja. Por isso o jesuíta Luís Corrêa Lima sublinha, a respeito da maneira como a Igreja Católica romana lida com as pessoas LGBT:

[O discurso oficial] tem ampla repercussão, mas não diz tudo sobre a realidade da Igreja [...]. O mundo

católico abrange multidões de fiéis espalhados pelo planeta, uma considerável heterogeneidade cultural e ideológica, e uma ampla diversidade de níveis e de ambientes eclesiais. Além das posições doutrinárias do papa e da Cúria Romana, deve-se considerar a atuação dos bispos e de suas conferências em muitos países, os teólogos e suas reflexões, as comunidades paroquiais e as suas iniciativas pastorais e, sobretudo, a consciência dos fiéis, à qual se atribui um papel fundamental e insubstituível nas decisões morais. Há um importante tecido eclesial que não deve ser negligenciado. (LIMA, 2010, p. 424)

Nossa existência, portanto, questiona não apenas o modo hegemônico de estabelecer parâmetros morais e fazer teologia, mas a própria comunidade cristã. A teóloga Mary Hunt insiste em que nossa experiência “precisa ser incorporada à reflexão teológica”. Será necessário “‘fazer teologia’ a partir de nossa particularidade” caso se pretenda que “a comunidade cristã seja íntegra e suas reflexões sobre questões de significado e valor último sejam válidas” (HUNT, 2005, p. 320). Não se trata de incorrer em essencialismos, mas de reconhecer a dádiva das contradições, das tensões, das subversões.

Nesse sentido, o reconhecimento da nossa existência concreta revela também a fragilidade do impasse entre diversidade sexual e de gênero e a pertença religiosa cristã. E leva a desconfiar das intenções de que quem defende a tese da homogeneidade da Igreja à base do “sempre foi assim e sempre será”: a quem interessa, e por que interessa, que tudo permaneça exatamente como está?

Angelica Tostes (2018) pergunta: “Pode o corpo falar? O corpo subalterno? O corpo que é sexualidade? O corpo que goza? Pode esse corpo ter o direito de fazer teologia? Ou teologia é essa coisa seca, sem lubrificação do afeto, do amor, do prazer?” Fazer teologia a partir de nossas próprias experiências e de nosso lugar no mundo – que a doutrina se empenha em desqualificar e deslegitimar justamente pela impossibilidade de negar a dimensão erótica de nossos corpos sexuais – possibilita resgatar a imagem

do Deus do Evangelho, de que somos seguidores. Não podemos acreditar impunemente que Deus se fez carne e habitou entre nós. A irrupção de Deus na História vem sacralizar-nos na humanidade de nossos corpos – corpos erógenos e sacralizados em sua erogeneidade, em sua potência desejante, prazerosa e criativa como imagem da Criação. Corpos, como lembra Nancy Cardoso (2001) remetendo-se aos primeiros instantes da Criação, “que nada precisam esconder, tudo era bom, os olhos eram bons, imagem de Deus”. Reduzir esse corpo, “dádiva de Deus, destinado à eternidade” (PEREIRA, 2001), à sexualidade e esta, à reprodução mecânica da vida biológica; e condenar como abominação todo erotismo que não se enquadre nessa função utilitária do corpo é uma traição da mensagem cristã.

Varone (2001, p. 10) reivindica que se devolva o sangue e o sacrifício da Cruz a seu contexto de revelação, à luz do que veio antes – o que Jesus viveu e pregou – e do que veio depois – a superação da morte pela ressurreição – a fim de resgatar a imagem do Deus do Evangelho. Para tanto, me parece imprescindível lembrarmos de que somos seguidores do Deus Encarnado, o que venceu a morte e caminha conosco; o Deus que nos anuncia o mistério do corpo como templo, local de adoração e encontro com o divino. Assim, poderemos restaurar o sentido evangélico da experiência da fé cristã pela ressacralização da experiência dos nossos corpos.

4. QUARTO MOMENTO: BEM-AVENTURANÇAS

Em 2019 celebramos os cinquenta anos da Revolta de Stonewall – quando travestis e lésbicas lideraram um levante contra as opressões e violências que viviam cotidianamente e ocuparam as ruas da região de Greenwich Village, reduto *gay* em Nova York. É considerado um marco fundador da história do movimento LGBT. Celebramos cinquenta anos também da fundação do Dignity, primeiro grupo organizado a trabalhar pelo respeito e reconhecimento das pessoas LGBT dentro da Igreja Católica. Mas nossa caminhada começou muito antes. Remonta mesmo à origem dos tempos, porque sempre estivemos aqui – e este é o nosso testemunho:

Descendemos de uma longa linhagem de sobreviventes, pois somos herdeiras e herdeiros da Ressurreição; e, como nos lembra Rubem Alves (1997), cremos na ressurreição do corpo. Desde sempre, atendemos ao chamado da Vida que pulsa em nós, e seguimos, apesar das violências, apesar das opressões; seguimos, porque bem-aventurados são aqueles e aquelas perseguidos por serem quem são, por serem fiéis à verdade para a qual foram criados, porque nosso lugar à mesa não nos será tirado.

Bem-aventurados os encarnados, aqueles e aquelas cujos corpos pulsam de afetos – nossos corpos tão capazes de amor, de doação, de desejo, de compaixão, de fraternidade, de encontro, de troca, de alegria, de vontade, de prazer. Bem-aventurados nós que somos corpos vivos e erógenos, com fome e sede de viver, e viver bem, e partilhar e multiplicar vida. Bem-aventurados nossos corpos que vibram em comunhão e compõem uma comunidade de Amor. Porque em nós se cumpre a Palavra: “onde um ou mais de vocês se reunirem em meu nome, eu estarei com vocês”.

Bem-aventuradas nós que estamos vivas, que estamos vivos. E precisamos viver, e viver bem, e partilhar a graça da vida, porque para isso fomos todas e todos criados – para estarmos vivas e vivos em plenitude, vivas e vivos em comunhão, vivas e vivos no Amor e na Alegria. Para que também em nós se cumpra a Promessa de Vida, a Promessa do Amor Incondicional e Irrestrito pela qual e para a qual todas e todos fomos criados e somos chamados. Para que também nós cumpramos a missão profética a que somos todas e todos convocados, de sermos sal da terra e luz do mundo, partícipes na construção do Reino. Para que também nós sejamos, uns para os outros, para a Igreja e para o mundo, sinais da Boa Nova do Cristo, que veio para que tenhamos Vida, e Vida em abundância.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Creio na ressurreição do corpo**. São Paulo: Paulus, 1997.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC). Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, Paulus, 2009.

DIVERSIDADE CATÓLICA (DC). Teologia e História: a propósito da divergência. **Blog Diversidade Católica**. 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://diversidadecatolica.blogspot.com/2011/02/teologia-e-historia-proposito-da.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco aos participantes do Congresso do Foro Internacional da Ação Católica (FIAC)**. Cidade do Vaticano, 27 abr. 2017. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papafrancesco_20170427_congresso-azione-cattolica.html>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual**. [S.l.], 2013a. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. Homilia do Santo Padre Francisco na Santa Missa Crismal de Quinta-feira Santa. 28 mar. 2013b. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130328_messa-crismale.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Homilia do Santo Padre Francisco na Santa Missa na Basílica do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. 24 jul. 2013c. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130724_gmg-omelia-aparecida.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GOES, Tony. Fui hétero, Jesus me libertou. **Blog Tony Goes**. 27 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.tonygoes.com.br/2011/05/fui-hetero-jesus-me-libertou.html>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

HUNT, Mary. Teologia feminista lésbica católica. In JUNG, Patricia Beattie e CORAY, Joseph Andrew. **Diversidade sexual e catolicismo**: para o desenvolvimento da teologia moral. São Paulo: Loyola, 2005. Pp. 319-334.

LIMA, Luis C. Homossexualidade e contra-hegemonia no catolicismo. In: COSTA, H. et al. **Retratos do Brasil Homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EDUSP e Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2010. Pp. 423-430.

_____. O ódio aos LGBT e um suicídio evitado. **Instituto Humanitas Unisinos**. 01 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/557184-o-odio-aos-lgbt-e-um-suicidio-evitado>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MATTOS, Amana R.; CIDADE, Maria Luiza R. Para pensar a cis-heteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**: Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

METALLI, Alver. Dos años con Francisco, por los villeros de Baires. **Vatican Insider en El Mundo**, Roma, 09 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.lastampa.it/2015/03/09/vaticaninsider/es/en-el-mundo/dos-aos-confrancisco-por-los-villeros-de-baires-9o3ffuU-5Fj7e5ohS86GL9K/pagina.html>>. Acesso em: 26 maio 2017.

MORELLO, Rafael. Imagem de Deus e Diversidade. **Blog Diversidade Católica**. 28 fev. 2011. Disponível em: <<http://diversidade-catolica.blogspot.com/2011/02/imagem-de-deus-e-diversidade-9-o.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Sagrados corpos. Introdução. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla**. Petrópolis: Vozes, n. 38, p. 5-10, 2001.

QUEIRUGA, Andrés Torres. **Do terror de Isaac ao Abbá de Jesus: por uma nova imagem de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2001. 421 p.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In PARKER, Richard; AGGLETON, Peter (eds.). **Culture, Society and Sexuality**: a reader. Nova York: Routledge, 2007. Pp. 150-187 (1984).

TOSTES, Angelica. Quem tem o direito de fazer teologia? **Angeliquisses**. 17 mai. 2018. Disponível em: <<https://angeliquisses.com/2018/05/17/quem-tem-o-direito-de-fazer-teologia/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

VARONE, François. **Esse Deus que dizem amar o sofrimento**. Aparecida (SP): Santuário, 2001. 304 p.